

POLÍTICAS LINGUÍSTICAS E DE IDENTIDADE(S): A LÍNGUA COMO FATOR DE IN(EX)CLUSÃO DOS SURDOS

Sueli Fernandes*

RESUMO: *Neste artigo ocupamo-nos em analisar as configurações identitárias relativas ao “Ser Surdo”, no campo discursivo das políticas de inclusão, com base em categorias sistematizadas por Bakhtin e outros analistas do discurso que o interpretaram. Apresentamos alguns dos argumentos que sustentam o conflitivo território que opõem políticas de identidades surdas nas esferas acadêmica e legal, na perspectiva dos Estudos Surdos. Nossa crítica está orientada para a superação do debate das políticas identitárias como fator de in(ex)clusão dos surdos, em direção a uma análise das questões estruturais que determinam as condições de discriminação, opressão e desigualdades sociais a que o grupo está submetido.*

PALAVRAS-CHAVE: *identidades surdas; in(ex)clusão; análise do discurso.*

ABSTRACT: *This paper suggests some analysis of the identities configurations of the “Deafhood” in the discursive field of the inclusion policies, based on the categories proposed by Bakhtin and by some of his followers. We present some arguments that point to a territory full of conflicts in which deaf identities oppose deaf identities to the knowledge developed in the academic and legal spheres, from the perspective of the Deaf Studies. Our critic view is based on the overcoming of the debate identity politics debate as an issue of (in) exclusion of the deaf people, sustained by analysis of some structural questions which determines the social discrimination, oppression and social to which the group is submitted.*

KEYWORDS: *Deaf identities; inclusion/exclusion; discourse analysis.*

INTRODUÇÃO

Ao modo de introdução, gostaríamos de situar o lugar de nossa enunciação e contexto teórico de nossa abordagem, uma vez que as identidades surdas têm sido tematizadas recorrentemente nas produções sobre inclusão. Neste texto, não nos ocupamos em tomar os surdos como objeto de debate acadêmico, mas buscamos apreender e problematizar a aura heteroglótica (BAKHTIN, 1988) que envolve os discursos que circulam sobre esses sujeitos em alguns territórios discursivos. Dito de outro modo, buscaremos dar visibilidade a concepções que contextualizam os debates sobre os surdos e sua educação, estabelecendo nexos entre as práticas discursivas sobre esses sujeitos e a materialidade das relações sociais mais amplas que as determinam.

* Doutora em Letras (UFPR), Mestre em Linguística (UFPR), Professora do Setor de Educação/DTFE da UFPR e Coordenadora do Curso de Graduação em Letras Libras – Pólo UFPR.

Entendemos, nesse sentido, que nosso dizer sobre dada realidade não é monológico, tampouco neutro; ele é polivocal, posto que atravessado por múltiplas relações dialógicas que estão sempre em combate na arena de lutas discursivas, disputando significados e significantes. As réplicas e trélicas que se alternam nessa cadeia de vozes, invocam a aceitação/recusa, a convergência/divergência, a harmonização/conflicto, emolduram o nosso dizer e tem sua materialidade constituída nas condições sociohistóricas concretas em que vivem os sujeitos (FARACO, 2003).

A metáfora da arena de lutas entre vozes sociais, que são empreendidas quando enunciamos uma verdade sobre algo ou alguém, remete à compreensão de que todo o signo é ideológico e que sua materialidade se reveste das mesmas tensões demandadas na luta de classes. Esse embate ideológico demarca um jogo entre forças de unificação e descentração de “verdades sociais” que se alternam e ocupam valores distintos nas relações de poder que disputam. A tensão permanente entre os discursos contrapõe a força centrípeta da palavra monológica, que trabalha pela hegemonia de sua verdade, e a palavra-movimento, cuja força centrífuga da dispersão busca a ruptura do que pretende se perpetuar como verdade na disputa de posições (vozes e consciências) (BAKHTIN, 1998).

Neste trabalho, apresentaremos alguns dos argumentos que sustentam o conflitivo território que opõe as forças centrípetas e centrífugas que povoam os discursos e as práticas da inclusão de surdos, convocando algumas das vozes sociais presentes nessa dialogia.

○ que pretendemos demonstrar com essa metáfora, em síntese, é que os discursos sobre a inclusão de surdos estão emoldurados por um cenário de tensão permanente entre interesses e motivações contraditórios entre duas grandes tendências discursivas: a primeira, hegemônica, veiculada pelas forças unificadoras das políticas públicas oficiais, está respaldada por pesquisas científicas e movimentos de organismos internacionais, cujos principais porta-vozes são representantes do meio acadêmico e gestores públicos; a segunda, periférica, ecoa das vozes de militantes e intelectuais dos movimentos surdos, politicamente organizados, seus familiares e simpatizantes, como uma força descentralizadora de resistência ao discurso dominante.

Obviamente, esses campos discursivos não constituem blocos monolíticos, que se opõem dicotomicamente, isento de disputas e deslocamentos internos nos seus centros de poder. No entanto, ao delimitar e opor esses dois territórios, assumiremos o risco do efeito de sentido arrefecedor desse fervilhante caldeirão de vozes sociais, que nosso recorte possa gerar.

Em tempos em que as políticas de inclusão escolar (BRASIL, 2009) apontam para o reconhecimento dos surdos como uma minoria linguística, cuja identificação cultural se dá com a língua de sinais brasileira, e não com

a língua portuguesa, há inúmeros desdobramentos político-pedagógicos envolvidos nessa representação que necessitam ser problematizados. Neste texto, elegemos como objeto as configurações identitárias dos sujeitos surdos que circulam em esferas discursivas acadêmicas e legais, pelas explícitas contradições que as atravessam nos discursos oficiais e nas manifestações da comunidade surda.

Sistematizada essa oposição, buscaremos, em um segundo momento, estabelecer os nexos entre essas narrativas e o polêmico debate que trata do “*locus*” destinado à educação de surdos na inclusão, invocando os posicionamentos dos movimentos surdos e das políticas governamentais oficiais.

Nossa leitura busca dar visibilidade às vozes dos sujeitos que estão emaranhados nessas redes de significação e que estão prenhes de respostas sociais sobre os limites e as possibilidades históricas de protagonismo nas ações que são levadas a cabo em seu nome.

SER OU NÃO SER SURDO? SOBRE POLÍTICAS DE IDENTIDADES

Da forma como tem sido praticada e apreendida nos discursos que circulam socialmente, os sujeitos localizados nos discursos da inclusão têm sido referidos com termos e expressões extremamente vagos: “*todos*”, “*os excluídos*”, “*as minorias*”, “*os marginalizados*” “*com necessidades educacionais especiais*”... Nesse conjunto de eufemismos, os grupos que, oficialmente (ou marginalmente) estão contemplados nesse debate, como os surdos, lutam por destacar a especificidade de suas lutas, promovendo recortes identitários que ofereçam elementos para uma discussão mais adensada e consistente de suas necessidades, de modo a se distanciar e diferenciar dos demais, na proposição de políticas públicas.

É histórica, na comunidade escolar, a lente social que refrata a visão dos estudantes surdos como seres “*deficientes da audição e da linguagem*”, cujos impactos resultam em atrasos na aprendizagem e em distúrbios comportamentais associados: inquietude, apatia, agressividade, isolamento.... Esse olhar está fundado na ordem do discurso que constrói a “*anormalidade*” dos surdos a partir da normalidade não-surda. Se a maioria ouve, o defeito é não ouvir; se a maioria fala a mesma língua (considerando essa como uma premissa verdadeira) o “*defeito*” está em não falar; se ninguém conhece ‘*sinais*’, essa forma de comunicação é muito restrita, favorece a formação de guetos e não deve ser incentivada; se todos, supostamente, aprendem pelos métodos comuns, o “*deficiente*” é o que necessita de “*apoios e serviços especializados*”.

Se, decorrente da concepção de sujeito, situa-se o sistema político-jurídico de enquadramento das diferenças, que redundará em um modelo

institucional de educação, chamamos a atenção para o deslocamento nas configurações identitárias dos sujeitos surdos nas últimas décadas e as mudanças nas representações sociais acerca desses sujeitos.

Tomemos a legislação vigente como campo discursivo ilustrativo de nossa argumentação.

No caso de estudantes surdos, na quase totalidade dos textos legais referentes à sua definição identitária, predomina a narrativa médico-audiológica, a qual consolidou um discurso matriz da surdez como um fenômeno negativo que produz sujeitos deficientes, limitados e incapazes no campo da linguagem, cujo estigma mais visível é a identificação com a falta – da audição e da oralidade. A terminologia corrente nesse contexto é “deficiência auditiva/deficiente auditivo”, cuja conceituação está baseada em graus de perdas auditivas como critério para identificação e categorização dos indivíduos para fins de benefícios legais (atendimento especializado, políticas de cotas no mercado de trabalho e em concursos públicos, assistência social, redução de impostos e assim por diante), como destaca um dos textos mais citados no âmbito dos direitos humanos, a Lei de Integração 7853/89, regulamentada pelo Decreto 3298/99:

- Art. 3º Para os efeitos deste Decreto, considera-se:
(...) II - deficiência auditiva – perda parcial ou total das possibilidades auditivas sonoras, variando de graus e níveis na forma seguinte:
- a) de 25 a 40 decibéis (db) – surdez leve;
 - b) de 41 a 55 db – surdez moderada;
 - c) de 56 a 70 db – surdez acentuada;
 - d) de 71 a 90 db – surdez severa;
 - e) acima de 91 db – surdez profunda; e
 - f) anacusia;

A localização do discurso da surdez na esfera da taxionomia médica representa, segundo Wrigley (1996), a legitimização da surdez como um alvo para a extirpação final, por qualquer técnica cirúrgica ou de controle que possa ser necessária. O desenvolvimento das forças produtivas no campo da engenharia genética e das tecnologias da “cura” da surdez por meio da eliminação de genes defeituosos, ou das modernas intervenções cirúrgicas dos implantes cocleares são práticas a que têm sido submetidos os corpos surdos, historicamente.

Para Skliar (1998), o movimento em relação à unificação do discurso sobre a surdez ecoou em diversos setores da vida social, gerando efeitos devastadores com o aval e a cumplicidade dos profissionais da área da saúde, da educação e da família, sendo propagandeado por surdos oralizados, protetizados, implantados, que personificaram a promessa da cura pela ciência e tecnologia (1998, p. 16-17).

Em seu conjunto, tais práticas materializam mecanismos de

assimilação ¹, nas quais o desvio da norma é conformado às exigências sociais, localizando a surdez em um corpo individual que necessita ser 'adaptado'.

Citamos Wrigley,

banida para as margens, situada na interseção da linguagem e da lei, a surdez cada vez mais é uma ontologia fora da lei, proscrita, uma existência caçada, uma experiência ou forma de ser que, por definição, escapa da biopolítica da nova eugenia. (...) Quanto tempo essa fugitiva ainda vai conseguir escapar da captura é uma pergunta cada vez mais feita. O que não está em questão, entretanto, é que as tentativas de erradicar a surdez continuarão a se intensificar, e as técnicas cada vez mais refinadas de vigilância tornam o risco de extirpação mais real do que antes (1996, p. 94).

É interessante observar o quão contraditório pode ser o efeito de sentido do valor social atribuído a essas práticas corretivas que são consideradas avanços para a ciência médica, se considerados os posicionamentos dos surdos em relação ao seu significado. O "Teste da Orelhinha" – exame neonatal para triagem auditiva de bebês, na maternidade – defendido como uma avanço inegável, na área da saúde e prevenção, é duramente criticado na enunciação de uma ativista surda:

[...] Por isso, faço questão de problematizar o perigo que o teste da orelhinha oferece para a questão das línguas de sinais, da cultura surda e da comunidade surda. [...] Uma lei normalizadora. Uma lei inventada para corrigir os desvios da normalidade; o diagnóstico da surdez dos bebês recém-nascidos obrigado por lei; uma prática medicalizadora, num claro comando do biopoder. [...] É uma saúde pública, é uma política estratégica que faz uso do teste da orelhinha para controlar a ordem social, a norma ouvinte. [...] O teste da orelhinha tem o claro propósito de capturar os bebês surdos para o implante coclear (REZENDE, 2010, pp.117-118-125)

O discurso da ativista surda assume-se como motor da força centrífuga no território discursivo dominante sobre os surdos como deficientes a serem curados. As forças centrípetas de unificação discursiva vêm sendo contestadas por vozes dissonantes em novas configurações discursivas que pretendem instaurar um debate sobre políticas de identidades surdas, com um forte apelo crítico e de resistência em relação

¹ Segundo McLaren (1997, p. 72-73,115), uma política de assimilação propõe uma norma invisível, na qual os sujeitos são levados a descorporificar-se, desnudar-se, desracializar-se, despir-se de sua própria cultura com o objetivo de tornarem-se cidadãos transparentes, em nome de uma falsa integração social

às práticas ouvintistas ².

A criação desse novo espaço discursivo, o qual vem sendo denominado de Estudos Surdos (*Deaf Studies*), constitui-se em uma possibilidade de problematizar os discursos hegemônicos sobre os surdos, buscando uma ruptura com as representações dominantes que situam suas identidades no território da anormalidade ou da deficiência:

Afirmo que as resistências surdas não poderiam deixar de ser aglutinadas dentro do campo cultural dos Estudos Culturais e dos Estudos Surdos. Enfim, são nossos sentimentos de pertencer a um povo surdo que se constituem as resistências contra práticas, saberes e relações de poder, em que imperam os especialistas de saúde no controle e regulação do corpo surdo. Ressalto que são essas as resistências que contestam e rebatem as tentativas de normalização e a estratégia de controlar e tornar o corpo surdo dócil, ouvinte e falante (REZENDE, 2010, p.80)

Dessa forma, a comunidade surda nega a submissão às políticas logocêntricas do oralismo e referencia sua identidade localizando a língua de sinais no centro das auto-representações e reivindicando o reconhecimento político do grupo como minoria linguística na esfera jurídico-institucional ³ (Fernandes, 2003).

Buscamos a contribuição de Thoma (2004) para o debate, em relação ao esclarecimento da representação dos surdos sobre si:

Os surdos definem-se como sujeitos com uma cultura visual e como membros de uma comunidade plural, mas que tem em comum as marcas da exclusão pela condição do não ouvir.(...) reivindicam o direito de escrever sua própria história, reivindicam o respeito a sua diferença e direitos sociais e políticos para si (THOMA, 2004, p. 37).

Os movimentos surdos trazem à discussão uma representação dos surdos como partícipes de uma comunidade organizada, compartilhando crenças, valores, lutas e especificidades linguísticas e culturais. No que se refere à militância política, estão representados pela *World Federation of the Deaf – WDF*, com sede na Finlândia, cuja diretoria é composta por militantes surdos de diversos países, representantes de associações nacionais de luta pelos direitos das pessoas surdas. Sua agenda é articulada a organismos

² O ouvintismo é conceituado como um conjunto de representações dos ouvintes, a partir do qual o surdo está obrigado a olhar-se e narrar-se como se fosse ouvinte e reproduzir suas práticas culturais para ser 'aceito' (SKLIAR, 1998).

³ Vale lembrar que a reivindicação de uma política de identidades baseada em critérios sócio-antropológicas não é um consenso entre o povo surdo, como pressupõem os deslocamentos nesse campo discursivo. O segmento que compartilha dessa visão tem representação de intelectuais e militantes surdos, além de simpatizantes não-Surdos que, no âmbito acadêmico, buscam sistematizar suas narrativas no campo de pesquisa dos Estudos Surdos.

internacionais de defesa de direitos humanos como a ONU, UNESCO, OEA e OIT, no sentido de “realizar um trabalho conjunto que garanta os direitos culturais, sociais e lingüísticos dessa população em todos os continentes” (FENEIS, 2000, p. 4).

No Brasil, a militância surda se organiza na Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos – Feneis, com sede nacional no Rio de Janeiro e escritórios regionais em alguns estados brasileiros, e realiza um trabalho direcionado à defesa da língua de sinais, dos plenos direitos de expressão e participação na vida social; mantém intercâmbio constante com a WDF, no que se refere à socialização e divulgação científica, em diferentes áreas, bem como na unidade das agendas socioculturais e políticas a serem implementadas.

Em decorrência da mobilização política dos surdos, em nível mundial, e das lutas empreendidas no cenário nacional, o governo federal reconhece a língua de sinais brasileira como meio legal de comunicação e expressão e sistema lingüístico de transmissão de idéias e fatos, oriundos de comunidades de pessoas surdas pela a Lei Federal 10.436/2002. Aliada a essa conquista, no Decreto Federal 5626/2005, que regulamenta a referida Lei, há a distinção conceitual pioneira entre a surdez (patologia) e os Surdos (sujeitos), desfazendo a simbiose histórica que atrelou a deficiência ao sujeito que a apresenta.

Vejamos:

Art. 2o

Para os fins deste Decreto, **considera-se pessoa surda** aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando **sua cultura** principalmente **pelos uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras**.

Parágrafo único. **Considera-se deficiência auditiva** a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas freqüências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz [grifos meus].

Como se vê, no Artigo 2º, o critério utilizado para identificação da “pessoa” surda tem como campo de significação a cultura surda, referida à experiência visual e ao uso da língua de sinais, legitimando o “Ser Surdo” como aquele que tem identidade surda. Nas palavras de Perlin e Miranda (2008), pesquisadores surdos brasileiros, a experiência visual é uma categoria que significa

[...] a utilização da visão, em (substituição total à audição), como meio de comunicação. Desta experiência visual surge a cultura surda representada pela língua de sinais, pelo modo diferente de ser, de se

expressar, de conhecer o mundo, de entrar nas artes, no conhecimento científico e acadêmico. A cultura surda comporta a língua de sinais, a necessidade do intérprete, de tecnologia de leitura (2003, p.218).

No entanto, como toda arena de lutas discursivas é eivada de disputas ideológicas, persiste a conceituação audiológica, no parágrafo único, no qual há referência à patologia e aos graus de perda auditiva, em termos clínicos. Ainda assim, considera-se um avanço para a comunidade surda que a distinção entre “pessoa/sujeito” e deficiência auditiva/patologia tenha sido legitimada na esfera do discurso jurídico-legal.

O que se depreende desse movimento de instituição de uma nova narrativa sobre os surdos é uma réplica ao discurso da anormalidade surda, enunciada pela falta de racionalidade lingüística. Se para a sociedade a anormalidade está vinculada à ausência de língua, o argumento linguístico é contundente na legitimação da normalidade dos surdos pela potencialidade na produção de uma língua de modalidade visual-espacial que oferece a possibilidade de reconhecimento dos surdos como “sujeitos de linguagem”. A língua é capaz de transformar a “anormalidade” em diferença, em normalidade. (SANTANA E BERGAMO, 2005).

Ao mesmo tempo em que esse campo discursivo proponha a discussão das identidades surdas sob novas bases, que valorizem seus aspectos culturais e a diferença que as caracterizam e, decerto, aproximam de outros grupos minoritários, igualmente marginalizados, as novas narrativas caem nas armadilhas do essencialismo em sua enunciação.

As políticas de identidades dos movimentos surdos de resistência ao colonialismo ouvinte, constroem sua argumentação em estratégias de alterização que elegem como seu Outro grupos igualmente marginalizados por suas características físicas e corporais, como é o caso de outras pessoas com deficiências, ou, até mesmo, surdos, filhos de pais ouvintes, que desconhecem a língua de sinais, não compartilham das experiências socioculturais da comunidade surda e, conseqüentemente, não se constituiriam em seus representantes “legítimos”.

Desse modo, ao negar a existência cultural desses grupos acabam por reproduzir as mesmas estratégias de exclusão, estigmatização e subjugação a que foram submetidos historicamente pelos ouvintes.

Sobre essa cilada tática, alerta Silva:

uma política de contestação da ordem corporal dominante não pode ser construída através de divisões, mas de coalizões que se concentrem no questionamento das formas pelas quais todos os grupos sociais que não correspondem às diversas dimensões da “norma” são definidos e construídos como inferiores e desviantes (1997, p. 5).

A configuração de um novo conjunto de representações sobre o “Ser Surdo”, nesse sentido, se constrói a partir da invenção de uma alteridade não mais unificada em um bloco monolítico (audiológico), mas ainda está engessada em fragmentos identitários. Há uma tendência de se construir a nova narrativa essencializando “proto-identidades” representadas ou por (i) uma cultura global, ou como (ii) uma propriedade nativa/essencializada do sujeito ou, ainda, em (iii) novas fronteiras e categorizações discursivas. Retomemos e ampliemos o debate relativo às políticas identitárias realizado em trabalho anterior (FERNANDES, 2003).

No primeiro caso, estão os ativistas surdos que tentam construir um universalismo baseado em experiências surdas comuns que transcendem a distinção de raça, etnicidade e outros determinantes socioculturais. Ilustra essa tendência a tentativa de dar unidade à diversidade lingüística e cultural das línguas de sinais, propondo a criação de um sistema lingüístico artificial - o sinal internacional ou gestuno - que promova a “comunicação plena”, sem interferências tradutórias, nas interlocuções do povo surdo. Nesse grupo estão também aqueles ativistas intolerantes à diversidade lingüística como dinâmica constitutiva das línguas de sinais, rejeitando ou estigmatizando variedades relacionadas aos usos populares e rurais, negando a contribuição dos empréstimos lingüísticos das línguas orais na ampliação lexical (uso de sinais com letras, por exemplo), o que contribui para uma posição política recuada e conservadora, fadada ao prescritivismo lingüístico e à imposição de um espaço normativo da língua.

Uma segunda posição na defesa de uma essência identitária, estabelece a identidade nativa como critério para o reconhecimento da identidade surda. Dentro das comunidades surdas o grau de perda auditiva é fator irrelevante para a autoidentificação, já que o mecanismo definidor da autoidentidade é centralidade no domínio e uso da língua de sinais nas interações. Há, no grupo, uma distinção entre aqueles que são surdos “nativos”, não contaminados pela comunicação oral dos ouvintes (a articulação, o bimodalismo, a vocalização acompanhando a sinalização) e os demais.

Surdos bimodais são estigmatizados, sobretudo se se utilizam desse modelo híbrido na interação surdo-surdo. Recentemente, houve um debate acalorado na *web* em que um segmento da comunidade surda que reivindicava a terminologia “surdo-mudo” como forma preferencial de denominação, uma vez que a estigmatização dessa terminologia como pejorativa se construía a partir do argumento ouvintista de que os surdos não são mudos, pois, se submetidos a terapias fonoaudiológicas podem desenvolver a oralidade. A defesa da expressão “surdo-mudo” pelos ativistas surdos denota um posicionamento ideológico na disputa de significantes que ecoem uma rede de significações e sentidos ouvintistas da qual os

surdos querem se libertar.

Essa defesa da 'pureza' lingüística e, de certo modo, étnica, vem sendo uma das armadilhas presentes na construção de uma política de identidades surdas, uma vez que gera um ambíguo mecanismo de incluso/exclusão nas novas definições sobre o "Ser Surdo". Muitos surdos têm utilizado esse argumento para excluir aqueles que não são surdos, são parcialmente surdos, ou aqueles que se tornaram surdos e não possuem o domínio da língua de sinais da comunidade.

Em síntese, ao negar o discurso unificador da deficiência, propõe-se uma nova narrativa matriz que se dispersa em varios centros de poder; ora determinam a identidade lingüística pela fluência e pureza no uso da língua de sinais, ora a legitimação das identidades surdas se dá pela experiencia nativa da surdez (o fato de serem nascidos em famílias surdas e usuários dos sinais como língua materna).

Dito de outro modo, há uma tendência em se essencializar a diferença por meio da idéia da experiência autêntica do "Ser Surdo", incorrendo-se no mesmo equívoco das práticas discursivas audiológicas que se propuseram a desmistificar.

Por fim, um terceiro movimento que, mesmo a despeito de tentar romper com as representações da identidade surda "como objeto estático de autenticidade a ser trabalhada ou (re)descoberta, ao invés de ativamente produzida" (WRIGLEY, 1996, p. 45), acaba por produzir novas fronteiras identificatórias, cujos desdobramentos são as fragmentações discursivas internas.

Perlin (1998), ao focalizar a representação do multifacetamento identitário, afirma que as identidades se estabelecem em relação ao seu outro igual, uma identidade subordinada ao semelhante surdo, que se distancia da noção de corpo danificado, não se diluindo totalmente no encontro ou na vivência nos meios socioculturais ouvintes. Face à presença do poder ouvintista, que impõe regras e estereótipos nos quais a identidade surda é imobilizada, os surdos são tidos como incapazes, desprovidos de definição cultural e relegados a um lugar menor.

A fim de superar essas representações, dentre as categorias de identidades propostas pela autora estão: as **identidades surdas** - que se sobressaem na militância pelo específico surdo, que tem consciência de ser definitivamente diferente e de necessitar implicações e recursos completamente visuais; **as identidades surdas híbridas** - pessoas que nasceram ouvintes e tornaram-se surdas e, portanto, conheceram a experiência auditiva e o português como primeira língua; captam a realidade de forma visual, estruturam-na em sua língua materna e expressam-se em sinais; **as identidades surdas de transição** surdos criados na experiência ouvinte e que passam para a comunidade surda, ocorre a des-ouvintização,

mas permanecem com seqüelas da representação da identidade anterior; **identidade surda incompleta** - surdos que vivem sob os poderes de uma ideologia ouvintista e negam a representação surda; e as **identidades surdas flutuantes** - manifestam os surdos conscientes ou não de sua condição, que querem ser ouvintizados a todo custo, desprezando a cultura e a comunidade surdas; não conseguem integrar-se aos ouvintes por falta de comunicação oral e nem aos surdos por falta da língua de sinais (PERLIN, 1998, p 62-66).

Embora essa categorização represente uma tentativa autêntica de desestabilizar o discurso monolítico da surdez audiológica, no qual o único lugar marcado para as diferenças está delimitado por graus e tipos de perdas auditivas que subordinam o sujeito surdo a uma alteridade representada pela ausência de audição e pelo distanciamento da normalidade logocêntrica dos ouvintes, ela está, também, comprometida pela força centrífuga da unificação discursiva.

A despeito dos elucidadores argumentos que imprimem variáveis sócio-antropológicas às novas configurações de identidade, permanecem os estereótipos e o engessamento das definições em modelos previamente concebidos do 'Ser Surdo'. Resulta dessa fragmentação, o posicionamento de surdos adultos na autodefinição, buscando emoldurar a complexa natureza sócio-histórica que os identificam, em tais configurações identitárias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Eis a guerra discursiva que caracteriza movimentos de tensão no território discursivo das políticas identitárias e mobiliza vozes sociais no embate acerca da estabilização de um sentido em torno do objeto discursivo "Ser Surdo".

Em um mesmo tempo histórico circulam no contexto das políticas educacionais (leia-se famílias, escolas, leis, sistemas de ensino...) discursos clínico-terapêuticos que supervalorizam a deficiência auditiva e os avanços tecnológicos para curá-la, e um conjunto de discursos sócio-antropológicos sobre a surdez, que negam o estigma da deficiência e veiculam representações que substituem as fronteiras da deficiência pelas fronteiras da diferença linguística (FERNANDES, 2003).

Perlin (2004, pp. 77-78) argumenta que essas novas representações advêm da luta política na qual o indivíduo representa a si mesmo, se defende da homogeneização, dos aspectos que tornam seu corpo inválido, promovendo a ruptura de inclusão entre os deficientes. A cultura surda seria o lugar para o sujeito surdo construir sua subjetividade, de forma a assegurar sua sobrevivência e a ter seu *status quo* diante das múltiplas culturas,

múltiplas identidades.

Nesse nível de reconhecimento político indicado na “letra da lei”, em aparente consenso, estariam harmonizados os confrontos ideológicos em que se achavam tensionadas as forças discursivas do Estado e dos movimentos sociais.

Em que pese esse reconhecimento pioneiro, em um texto legal ⁴, que refuta definições de base positivista (comuns para categorizar deficiências) e rende-se às fronteiras difusas e flexíveis do campo sociológico na definição identitária, o deslocamento no lugar ocupado pelos surdos nas relações de poder é apenas aparente.

Digo aparente posto que, a despeito da visibilidade das conquistas dos movimentos surdos explicitadas na Lei (o bilingüismo escolar, acesso à língua de sinais brasileira como L1, português como L2, apoio de tradutores e intérpretes), seus desdobramentos concretos em muito pouco abalaram a dicotomia normalidade ouvinte/deficiência surda, predominante nas relações sociais e escolares.

Para as comunidades surdas, esperava-se que o movimento pela inclusão (e o terreno discursivo que ele reflete e refrata) tivessem como impacto mais significativo a promoção de uma política lingüística que incorporasse o estatuto do culturalismo surdo e promovesse a ruptura de sua educação do habitual território discursivo da educação especial, distanciando-os das práticas corretivas e reparadoras que operaram/operam pela manutenção da anormalidade dos corpos surdos, em direção a modelos educacionais bilíngües-biculturais (SKLIAR, 1998).

Contudo, a despeito da mobilização da comunidade surda em defesa de escolas bilíngües, frente às políticas oficiais de inclusão total, o ambiente escolar segue monolíngüe e alheio aos seus apelos pela comunicação e pedagogia visuais.

No documento A EDUCAÇÃO QUE NÓS SURDOS QUEREMOS⁵, na seção “Políticas e práticas educacionais para surdos”, há uma reivindicação clara em respeito ao *locus* preferencial de sua educação, a qual destacamos literalmente:

25. Elaborar uma política de educação de surdos com escolas específicas para surdos.

26. Considerar que a escola de surdos é necessária e deve oferecer educação voltada para princípios culturais e humanísticos, promovendo

⁴ Trata-se do Decreto Federal 5626/2005, anteriormente citado

⁵ Documento elaborado pela comunidade surda a partir do Pré-Congresso ao V Congresso Latino Americano de Educação bilingue para Surdos, realizado em Porto Alegre/RS, no Salão de Atos da Reitoria da UFRGS, nos dias 20 a 24 de abril de 1999.

o desenvolvimento de indivíduos cidadãos e sendo um centro de encontro com o semelhante para produção inicial da identidade surda.

Embora esse documento tenha inspirado as diretrizes político-pedagógicas difundidas no Decreto Federal 5626/2005, os estudantes surdos seguem sendo submetidos a experiências escolares inclusivas que os conduzem ao fracasso, à evasão, ao penoso processo de apagamento de suas diferenças, em função da invisibilidade da língua de sinais no processo pedagógico. Da impossibilidade de compartilhar um território lingüístico e discursivo comum na família, na escola e na comunidade, resultam impossibilidades de interação, de comunicação e de participação efetivas no contexto escolar.

O embate entre as configurações identitárias do “Ser Surdo” (quando analisados descolados da materialidade dos conflitos de classes que o determina) resulta em falsas oposições nas relações de poder, não mais construída na oposição binária ouvintes X surdos, mas ampliada para a tríade surdos legítimos X ouvintes X demais surdos.

O ponto a destacar é justamente a fragilidade do debate quando se leva em conta apenas a disputa dos significantes. Compreendemos que a luta por definição de identidades políticas é fundamental para dar visibilidade a formas particulares de opressão como exemplifica o caso dos surdos, entre outras lutas étnicas e de gênero. No entanto, apenas a superação da luta isolada dos surdos em direção à articulação com outros grupos sociais explorados pela condição de classe é que possibilitarão a transcendência de pontos imediatos de opressão, no sentido de questionar o sistema social no qual a colonização dos surdos está localizada.

A crítica deve ser orientada para o debate das políticas de identidades e relações de poder, atrelado a uma análise mais abrangente da estrutura do poder social que, em última análise, determina as condições de discriminação, opressão e desigualdades sociais (PETRAS, 1996).

Na reflexão de Foladori (1996), do conjunto de contradições sociais, além das questões de classe, destacam-se, também por se desenvolver sobre bases materiais, as contradições secundárias étnicas, de gênero e de grupos etários, posto que nos embates que os polarizam, um dos grupos tem que se subordinar ao outro para se desenvolver.

Delinear as fronteiras da exclusão pressupõe aprofundar o debate relativo às complexas relações envolvidas na ruptura paradigmática do modelo de classes que a alimenta e atingem os sujeitos que dela fazem parte, independentemente dos recortes secundários comumente utilizados para definir as condições para ‘inclusão’ no grupo: gênero, orientação sexual, credo religioso, cor da pele, a variedade lingüística que compartilha, a ‘tribo’ a que pertence...(FERNANDES, 2006)

Ora, qualquer discussão que se sobreponha àquela que atribui à base

material a origem da exclusão de classe, que deriva da participação dos grupos nas relações sociais de produção instituídas, como contradição mais significativa, está fadada a uma análise fragmentada e pontual.

O grande desafio que o discurso ideológico da inclusão nos impõe é justamente superar o debate que supervaloriza a estrutura superficial das contradições secundárias como determinantes para a superação das desigualdades e denunciar a contradição principal, em relação ao forte caráter excludente que caracteriza a sociedade capitalista, que se alimenta dessa desigualdade para manter sua lógica de existencia.

Uma política lingüística planejada e consistente que atribua à libras um espaço privilegiado para as crianças surdas, ao lado da língua portuguesa, nos diferentes segmentos, com destaque à escola, é apenas uma das batalhas que constitui a arena de lutas acerca do “Ser Surdo” – metáfora que introduz esse texto.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. *Questões de Literatura e Estética*. São Paulo : Hucitec, 1988.

BERGAMO, A., SANTANA, A. P. Cultura e identidade Surdas: encruzilhada de lutas sociais e teóricas. *Educação e sociedade*, Campinas, v. 26, n. 91, p. 565-582, maio/ago. 2005. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br> Acesso em: 20 dez. 2010.

BRASIL, *Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva*. Brasília, 2009.

BRASIL. Decreto Nº 5.626. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. *Diário Oficial da União* em 22/12/2005.

BRASIL. Ministério da Justiça. Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às pessoas portadoras de deficiência, sua integração social, e sobre a Coordenadoria Nacional para Interação da Pessoa Portadora de Deficiência (CORDE). Brasília; 1989. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/sedh/ct/corde/dpdh/corde/lei7853.asp>

FARACO, Carlos A. *Linguagem & diálogo*. As idéias do círculo de Bakhtin. Curitiba : Criar edições, 2003.

FENEIS. Relatório Anual de 2000. *Feneis*: Belo Horizonte - MG, 2000.

FERNANDES, S. F. Educação Especial. *Proposta Pedagógica da Secretaria Municipal de Educação de Campo Largo*, 2006

FERNANDES, S. Educação bilíngüe para surdos: identidades, diferenças, contradições e mistérios. *Tese de Doutorado em Letras*, Área de concentração Estudos lingüísticos. Universidade Federal do Paraná, 2003.

FOLADORI, Guillermo. Contradicciones étnicas y de genero. Apéndice de: Foladori, G. Apuntes para una metodología materialista del análisis social. *Ficha de Trabajo y*

Capital No. 1. Montevideo.

MCLAREN, Peter. *Multiculturalismo crítico*. São Paulo : Cortez, 1997.

PERLIN, G. Identidades surdas. In: SKLIAR, C. (Org.). *Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

PERLIN, Gladis e MIRANDA, Wilson. Surdos: o Narrar e a Política In: *Estudos Surdos*, Ponto de Vista: Revista de Educação e Processos Inclusivos nº 5, UFSC/ NUP/ CED, Florianópolis, 2003.

PETRAS, James. Intelectuais: uma crítica marxista aos pós-marxistas. Lutas Sociais nº 01. São Paulo: *Xamã*, 1996.

REZENDE, Patrícia Luiza Ferreira. Implante coclear na constituição dos sujeitos surdos. Florianópolis, SC, 2010. *Tese* (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SILVA, Tomas Tadeu. A política e a epistemologia do corpo normalizado. *Espaço: informativo técnico-científico do INES*, Rio de Janeiro: INES, n 8, ago/dez., 1997.

SKLIAR, C.(Org.). *Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Mediação, 1998.

SKLIAR, Carlos . Um olhar sobre os nosso olhar acerca da surdez e das diferenças. In: SKLIAR, C. (org.) *A surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre : Mediação, 1998.

THOMA, A. A inversão epistemológica da anormalidade Surda na pedagogia do cinema. In: THOMA, A.; LOPES, M. C. *A invenção da surdez*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2004.

WRIGLEY, Owen. *The politics of deafness*. Washington: Gallaudet University Press, 1996.